



FUNDAÇÃO
renova

**Plano de Trabalho Para Elaboração de Plano De Ação Para Conservação da
Fauna e Flora Terrestre**

Julho/2018

**ELABORAÇÃO DE PLANO DE AÇÃO PARA CONSERVAÇÃO
DA FAUNA E FLORA TERRESTRES DO RIO DOCE**

Plano de Trabalho

Belo Horizonte / 2018

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL POR ESTE PLANO DE TRABALHO

Profissional	Formação, Cargo/Função	Atividades
Bruno Vergueiro Silva Pimenta	Biólogo, Doutor em Zoologia, Líder de Programas Socioambientais	Elaboração e revisão do Plano de Trabalho
Juliana Oliveira Lima	Bióloga, Mestre em Microbiologia, Analista de Programas Socioambientais	Elaboração do Plano de Trabalho



Serviço Público Federal
CONSELHO FEDERAL/CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA -
4ª REGIÃO

Situação: TRABALHO EM ANDAMENTO		Data: 28/07/2017 08:40:59	
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART		Nº: 2017/00739	
CONTRATADO			
Nome: BRUNO VERGUEIRO SILVA PIMENTA		Registro CRBio: 030454/04-D	
CPF: 03466010616		Tel: 36465898	
E-mail: bvergueiropimenta@gmail.com			
Endereço: R MANILA N.º 90, APTO. 108, BL. 1			
Cidade: BELO HORIZONTE		Bairro: ESTRELA DALVA	
CEP: 30575-010		UF: MG	
CONTRATANTE			
Nome: Fundação Renova			
Registro profissional:		CPF/CGC/CNPJ: 25.135.507/0001-83	
Endereço: Av. Getúlio Vargas, 671 Sala 400			
Cidade: BELO HORIZONTE		Bairro: SAVASSI	
CEP: 30112-021		UF: MG	
Site:			
DADOS DA ATIVIDADE PROFISSIONAL			
Natureza: Ocupação de Cargo/Função - Cargo/função técnica *			
Identificação: Especialista em Programas Socioambientais			
Município do trabalho: Bacia do rio Doce e região costeira e estuarina da foz		UF: MG	Município da sede: Belo Horizonte
Forma de participação: Individual		Perfil da equipe:	
Área do conhecimento: Ecologia		Campo de atuação: Meio ambiente	
Descrição sumária da atividade: GERIR E EXECUTAR AS MEDIDAS PREVISTAS NOS PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS EM DECORRÊNCIA DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO, AO LONGO DE TODA A ÁREA AFETADA. COORDENAR EQUIPE DE ESPECIALISTAS, ATUAR COMO GESTOR DE CONTRATOS, ANALISAR E ELABORAR DOCUMENTOS TÉCNICOS, PARTICIPAR DE DISCUSSÕES COM ÓRGÃOS AMBIENTAIS, CONSELHOS CONSULTIVOS E COLEGIADOS, FORNECEDORES E DEMAIS ATORES ENVOLVIDOS.			
Valor:		Carga Horária Mensal: 170	
Início: 02/01/2017		Término:	
ASSINATURAS			
Declaro serem verdadeiras as informações acima			
Data: 02/01/2017 Assinatura do profissional		Data: / / Assinatura e carimbo do contratante	
Solicitação de baixa por distrato		Solicitação de baixa por conclusão	
Data: / / Assinatura do profissional Data: / / Assinatura e carimbo do contratante		Declaramos a conclusão do trabalho anotado na presente ART, razão pela qual solicitamos a devida BAIXA junto aos arquivos desse CRBio. Nº do protocolo: 18950/NET Data: / / Assinatura do profissional Data: / / Assinatura e carimbo do contratante	



Serviço Público Federal
CONSELHO FEDERAL/CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA -
4ª REGIÃO

Situação: TRABALHO EM ANDAMENTO		Data: 01/08/2017 10:29:53	
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART			Nº: 2017/06037
CONTRATADO			
Nome: JULIANA OLIVEIRA LIMA		Registro CRBio: 057508/04-D	
CPF: 03173959639		Tel: 988277052	
E-mail: juolima@yahoo.com			
Endereço: AV PROFESSOR MARIO WERNECK - 1802/1904			
Cidade: BELO HORIZONTE		Bairro: ESTORIL	
CEP: 30455-610		UF: MG	
CONTRATANTE			
Nome: Fundação Renova			
Registro profissional:		CPF/CGC/CNPJ: 25.135.507/0001-83	
Endereço: Av. Getúlio Vargas, 671 Sala 400			
Cidade: BELO HORIZONTE		Bairro: SAVASSI	
CEP: 30112-021		UF: MG	
Site:			
DADOS DA ATIVIDADE PROFISSIONAL			
Natureza: Ocupação de Cargo/Função - Cargo/função técnica *			
Identificação: Analista de Programas Ambientais			
Município do trabalho: Bacia do rio Doce região costeira e estuarina da foz		UF: MG	Município da sede: Belo Horizonte
Forma de participação: Individual		Perfil da equipe:	
Área do conhecimento: Ecologia		Campo de atuação: Meio ambiente	
Descrição sumária da atividade: GERIR E EXECUTAR AS MEDIDAS PREVISTAS NOS PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS EM DECORRÊNCIA DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO, AO LONGO DE TODA A ÁREA AFETADA. ATUAR NA ELABORAÇÃO, REVISÃO E ANÁLISE DE DOCUMENTOS TÉCNICOS, PARTICIPAR DE DISCUSSÕES COM ÓRGÃOS AMBIENTAIS, FORNECEDORES E DEMAIS ATORES ENVOLVIDOS.			
Valor: R\$		Carga Horária Mensal: 170	
Início: 11/05/2017		Término:	
ASSINATURAS			
Declaro serem verdadeiras as informações acima			
Data: 01/08/2017 <i>Juliana Oliveira Lima</i> Assinatura do profissional		Data: 01/08/2017 <i>Marcelo Figueiredo</i> Assinatura e carimbo do contratante	
Solicitação de baixa por distrato Data: / / Assinatura do profissional Data: / / Assinatura e carimbo do contratante		Solicitação de baixa por conclusão Declaramos a conclusão do trabalho anotado na presente ART, razão pela qual solicitamos a devida BAIXA junto aos arquivos desse CRBio. Nº do protocolo: 25753/NET Data: / / Assinatura do profissional Data: / / Assinatura e carimbo do contratante	

Para verificar a autenticidade desta ART acesse o **CRBio-04 Online** em nosso site e depois o serviço **Conferência de ART**

[Imprimir ART](#)

RESUMO

Os Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção ou do Patrimônio Espeleológico (PAN) são políticas públicas, pactuadas com a sociedade, que identificam e orientam as ações prioritárias para combater as ameaças que põem em risco populações de espécies e os ambientes naturais e assim protegê-los. O objetivo geral dos planos é aprimorar o conhecimento sobre as espécies ameaçadas e mitigar as atividades impactantes, promovendo a conservação e a recuperação da fauna e flora. Este documento tem como objetivo estabelecer diretrizes que serão utilizadas na elaboração de um Plano de Ação voltado à mitigação dos impactos e ações de conservação de espécies da fauna e flora terrestres afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais.

Palavras-chave: Conservação. Fauna. Flora. Plano de Ação.

SUMÁRIO

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	6
2. INTRODUÇÃO	7
3. OBJETIVOS.....	9
4. ETAPAS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO	11
5. CRONOGRAMA	20
6. ESTIMATIVA DE CUSTOS	22
7. REFERENCIA	25
8. ANEXO I - MATRIZ DE PLANEJAMENTO	26
9. ANEXO II – MATRIZ DE METAS	28
10. ANEXO III - MATRIZ DE MONITORIA	29

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Em atendimento à Deliberação nº 132 do CIF de 21/11/2017, em fevereiro de 2018 o plano de trabalho para “Elaboração do Plano de Ação Nacional para Conservação das Espécies de Fauna e Flora Terrestre” foi elaborado pela equipe da Fundação Renova e aprovado pela Nota Técnica nº 5/2018/CTBio/DIBIO/ICMBio.

Este documento foi elaborado para consolidar as alterações do plano de trabalho aprovado que foram sugeridas na reunião preparatória que aconteceu em Belo Horizonte no dia 19 de abril. As alterações foram apresentadas à Câmara Técnica de Biodiversidade em documento enviado no dia 18 de maio de 2018. Tais alterações foram aprovadas na 23ª reunião ordinária CTBio/CIF que aconteceu nos dias 7 e 8 de junho. O presente Plano de Trabalho apresenta as metodologias propostas para cumprimento do Parágrafo Primeiro da Cláusula 168 do TTAC. Ao final do documento, são apresentados os custos e cronograma atualizado para a elaboração do Plano de Ação.

2. INTRODUÇÃO

Em 5 de novembro de 2015, a barragem de rejeitos de Fundão, localizada no município de Mariana, Estado de Minas Gerais, se rompeu e uma grande quantidade de rejeitos e água foi liberada. No início de 2016, a Samarco Mineração S.A. (Samarco) trabalhou com as autoridades ambientais para desenvolver planos e procedimentos em resposta aos impactos ambientais resultantes do rompimento da barragem.

Em 04/08/2017 foi emitida a Deliberação Nº 91 do CIF, que solicita a apresentação de Plano de Trabalho para elaboração do Plano de Ação (PAN) para conservação da fauna e flora terrestre com base na Nota Técnica 02/2017/CTBio/CIF. Esta Nota Técnica aprova parcialmente o documento “Avaliação de Impactos sobre as espécies terrestres ameaçadas de extinção” (RT-004-159-515-2282_07-J) e indica que a coleta de dados primários deverá ser incorporada ao plano de ação, utilizando no primeiro ano a metodologia de avaliação ecológica rápida descrita no Parecer Técnico nº 1/2017-COREC/CGBIO/DBFLO (relacionada à Notificação IBAMA 678322-E) e Anexo 1 da Nota Técnica 02/2017/CTBio/CIF.

Os Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção ou do Patrimônio Espeleológico (PAN) são políticas públicas, pactuadas com a sociedade, que identificam e orientam as ações prioritárias para combater as ameaças que põem em risco populações de espécies e os ambientes naturais e assim protegê-los. São instrumentos de gestão, construídos de forma participativa, a serem utilizados para ordenamento das ações para a conservação das espécies, com objetivo definido em escala temporal.

A elaboração de um PAN deve ser orientada pela necessidade de mudança do estado de conservação das espécies com definição clara dos cenários desejáveis, dos objetivos, metas e ações factíveis; deve ter identificação de atores e suas responsabilidades envolvendo os tomadores de decisão e setores interessados. Para atingir as metas estabelecidas deve-se definir indicadores que serão os parâmetros de aferição do alcance do patamar estabelecido e dos procedimentos necessários para o efetivo monitoramento da implementação do plano.

A elaboração, aprovação, publicação, acompanhamento da implementação, monitoria, avaliação e revisão deste Plano de Ação utilizará as diretrizes estabelecidas na Instrução

Normativa Nº 25 do ICMBio de 12 de abril de 2012 como um referencial teórico, e terá seus objetivos e etapas metodológicas adaptadas à situação específica do TTAC. Uma das adaptações que se serão necessárias é utilização de apenas do termo “Plano de Ação”, por este não se tratar de uma política pública como os demais PAN elaborados sob a coordenação do ICMBio.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Elaborar Plano de Ação para conservação de espécies de fauna e flora terrestre na região afetada pelo rompimento da barragem de Fundão e posterior execução.

3.2 Objetivos Específicos

- a) Elaborar um propósito para o Plano de ação, indicando sua abrangência, espécies e região ou ambientes alvos, contextualização das ameaças e oportunidades, estimativa de custos e equipe responsável;
- b) Complementar dados secundários relacionados à fauna e flora da área afetada listados no documento RT-031_159-515-2282_07-J;
- c) Utilizar dados preliminares da avaliação ecológica rápida (definida pela Nota Técnica nº 02/2017/CTBio/CIF como o primeiro ano do monitoramento descrito pelo Parecer Técnico IBAMA nº 1/2017-COREC/CGBIO/DBFLO) para conhecer a composição e abundância de espécies da fauna e flora terrestre e transição água-terra, bem como de solos associados, na elaboração do plano de ação;
- d) Definir espécies indicadoras da fauna e flora, áreas prioritárias e processos ecológicos que serão objeto de monitoramento de longo prazo em programas específicos (após o primeiro ano de avaliação)
- e) Realizar oficina de planejamento participativo com especialistas, representantes de organizações governamentais e não governamentais, da sociedade civil organizada e de pessoas físicas envolvidas, para definir ações e objetivos do plano de ação;
- f) Definir objetivos e ações a serem executadas para conservação das espécies identificadas como ameaçadas;
- g) Publicar sumário Executivo e livro impresso com as ações contempladas no plano de ação para divulgação à sociedade.

- h) Executar as ações do plano de ação, após aprovação do documento pelos órgãos ambientais, juntamente com as monitorias anuais, de meio-termo e de quinquênio.

4. ETAPAS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

O processo de elaboração do plano de ação será baseado nas etapas e prazos definidos na Instrução Normativa nº 25 do ICMBio, de 12 de abril de 2012, com as devidas modificações que se entenderem necessárias, atendendo às particularidades do plano de ação da Fundação Renova. As etapas devem considerar:

- 1- Os princípios do planejamento estratégico e tático com a definição clara do patamar de melhoria no estado de conservação que se deseja alcançar em determinado tempo para os organismos-alvo do Plano de Ação;
- 2- Envolvimento de atores que tenham relevância para a redução das ameaças;
- 3- Estabelecimento de relação causal entre objetivo geral, objetivos específicos, e ações com foco nas principais ameaças a serem reduzidas ou suprimidas;
- 4- Indicação de ações factíveis definidas no horizonte temporal do plano;
- 5- Estabelecimento de indicadores e metas para avaliação dos planos de ação;
- 6- Transparência e publicidade na elaboração, implementação, monitoria, avaliação, revisão e divulgação do plano;
- 7- Estabelecimento de processo contínuo de monitorias, avaliações e revisões;
- 8- Busca compartilhada com as instituições parceiras dos meios para a implementação dos planos de ação.

As espécies elencadas como pontos focais para a conservação deverão ter ações específicas previstas neste plano. Será levado em consideração a existência de Planos de Ação anteriores que tratem de espécies registradas na área de estudo, para que as ações eventualmente elencadas para as espécies do plano de ação a ser elaborado não sejam coincidentes, possam ser otimizadas ou complementadas.

As etapas são definidas no artigo 3º da IN (Figura 1) e serão listadas a seguir:

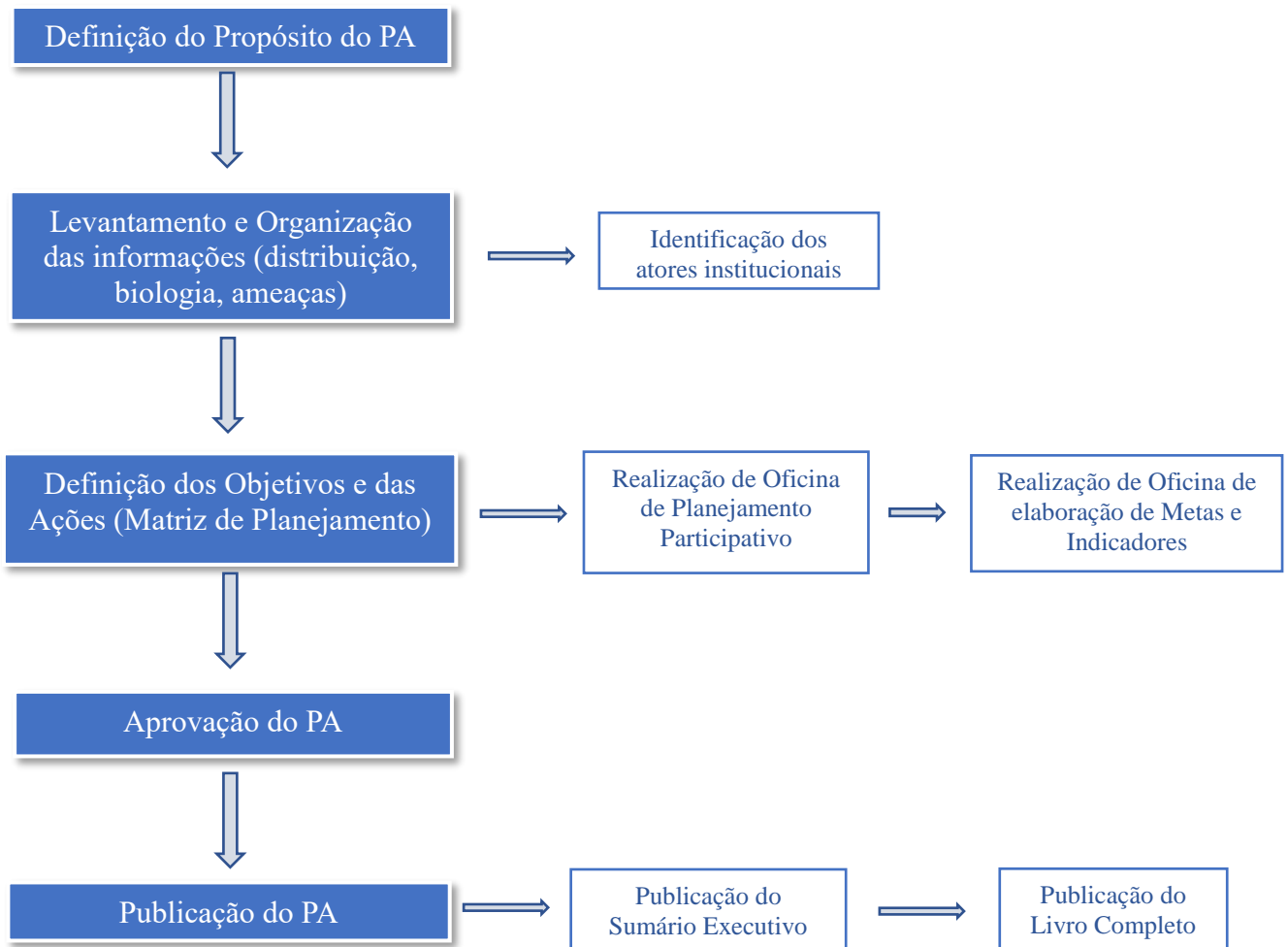


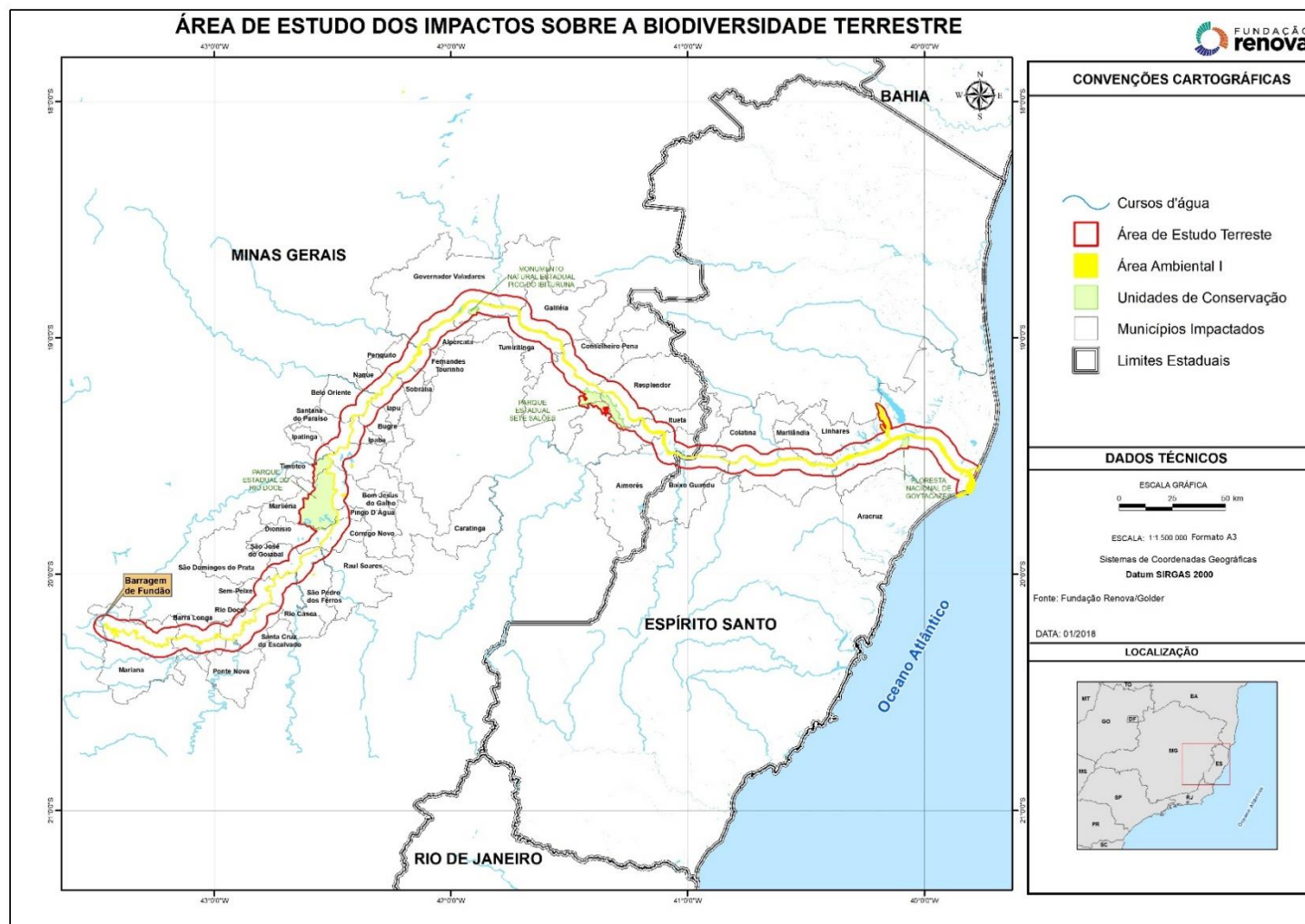
Figura 1: Etapas para elaboração do Planop de ação.

Área de Abrangência

A abrangência espacial do estudo dos impactos sobre a fauna terrestre nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, corresponde a uma área com 5 km de extensão para cada lado dos segmentos fluviais afetados (o que representa uma área de estudo de 10 km de largura total), a partir da barragem de Fundão até o estuário (Figura 2). Esta área de estudos, foi selecionada de modo a facilitar o entendimento do contexto ambiental e melhor avaliar as potenciais consequências dos impactos sobre os ecossistemas terrestres e a fauna a estes associada.

Para todas as etapas de elaboração do plano de ação será considerada a área diretamente afetada pelo rompimento da barragem. Para o levantamento de dados primários, serão utilizados os pontos amostrais descritos no item 4.3.2, conforme definido no Parecer Técnico nº 1/2017-COREC/CGBIO/DBFLO e no Anexo I da Nota Técnica Nº 02/2017/CTBio/CIF, conforme modificações do Parecer Técnico nº 15/2017-COREC/CGBIO/DBFLO.

Figura 2: Área de abrangência do Estudo.



4.1 Definição e Aprovação do Propósito do PAN

A definição do propósito do plano de ação será feita levando-se em consideração a área de abrangência, dados secundários levantados no documento RT-031_159-515-2282_07-J elaborado pela empresa Golder, e novos levantamentos. Esta definição deve considerar o estado de conservação das espécies ou grupos de espécies, contemplando informações a respeito de sua taxonomia, grau de conservação dos habitats, ocorrência ou não em áreas de proteção ambiental, quais as principais ameaças e oportunidades, estimativa de custos e equipe responsável.

Neste momento poderá ser feito um levantamento das principais partes interessadas que poderão participar das oficinas, dando destaque aos acadêmicos, ONGs, consultores, representantes dos órgãos ambientais Estaduais e Federais envolvidos, entre outros.

A proposta de propósito do plano de ação será submetida aos órgãos ambientais que compõem a Câmara Técnica de Biodiversidade e Conservação, que irão avaliar a sua pertinência em um prazo sugerido de 30 dias e encaminhar minuta da aprovação para o CIF para deliberação. Após sua aprovação será aplicada a metodologia baseada na IN 25/2012, com as modificações sugeridas pela Nota Técnica 06/2017/CTBio/DIBIO/ICMBio e descrita neste Plano de Trabalho.

4.2 Levantamento e organização das informações

Nesta etapa, serão incluídas informações relevantes à conservação dos táxons, biomas, ecossistemas ou demais ambientes naturais, unidades de conservação de ocorrência, considerando os componentes estruturais, econômicos, sociais, históricos, bióticos e abióticos, no intuito de identificar, com o máximo de precisão, os fatores de ameaça e os riscos, de forma a minimizar ou anular seus efeitos, assim como potencialidades de conservação.

De acordo com a Nota Técnica 02/2017/CTBio/CIF, o levantamento de dados secundários já foi realizado de forma satisfatória (no documento RT-031_159-515-2282_07-J), com ampla revisão de literatura e consulta a profissionais especialistas, que também destaca a importância de se obter dados primários para avaliar os reais impactos sobre as espécies terrestres ameaçadas de extinção e daquelas que potencialmente estão em ameaça de extinção devido aos impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

Desta forma, o levantamento de dados primários de fauna e flora da Bacia do Rio Doce no primeiro ano será realizado em forma de estudo ecológico rápido, conforme metodologia descrita no Parecer Técnico IBAMA Nº 1/2017-COREC/CGBIO/DBFLO e na Nota Técnica Nº 02/2017/CTBio/CIF. De forma geral, serão realizadas duas campanhas de campo, uma na estação chuvosa e outra na estação seca, com algumas exceções. Resultados preliminares de dados primários e os dados secundários serão utilizados para o estabelecimento das estratégias identificadas no plano de ação.

4.3 Definição dos Objetivos e das ações estratégicas do Plano de Ação

Nesta etapa será realizada uma reunião com os coordenadores temáticos, membros da Câmara técnica de biodiversidade e equipe técnica da Fundação Renova para definição do objetivo geral e diretrizes para os objetivos específicos do Plano de ação. A consolidação dos objetivos específicos será na oficina de planejamento participativo.

A oficina de planejamento participativo terá duração de quatro dias e acontecerá em Belo Horizonte. A oficina contará com a participação de especialistas, representantes de organizações governamentais e não-governamentais, da sociedade civil organizada e de pessoas físicas.

Até 60 dias antes da oficina, a Fundação Renova deverá encaminhar à CTBio uma minuta do texto com destaque para as informações relativas às ameaças e atores importantes para subsidiar a definição da estrutura metodológica e participantes da oficina. E, ainda previamente às oficinas, será realizada reunião preparatória com os órgãos ambientais que

compõem a CTBio para aprovação da lista de participantes, logística, custos, programação e equipe de coordenação e facilitação das oficinas de planejamento participativo. Nesta reunião informações relativas às ameaças podem ser apresentadas e discutidas.

Os convites aos participantes da oficina deverão ser enviados pela Fundação Renova até 30 dias antes da realização do evento. A Fundação Renova irá realizar e custear todas as despesas da oficina, incluindo as despesas dos participantes. Na Oficina de Planejamento Participativo será elaborada a matriz de planejamento (Anexo II), com foco em medidas de recuperação e conservação da fauna e flora terrestre na área de estudo.

Durante a Oficina de Planejamento será formado o Grupo Assessor (ou Grupo de Assessoramento Técnico). Caberá ao Grupo Assessor monitorar a execução das ações, consolidar informações na Matriz de Monitoria (apresentada no Anexo IV), e propor ajustes e adequações no plano de ação ao longo de sua execução.

Os membros do Grupo de Assessoramento Técnico serão colaboradores identificados no âmbito da elaboração do plano de ação e serão responsáveis pela monitoria da execução de ações, da avaliação do alcance das metas estabelecidas nos planos e pela busca dos meios necessários para o alcance dos objetivos específicos e do objetivo geral do plano de ação. A participação no Grupo Assessor é considerada como atividade de caráter relevante e não implicará remuneração.

Após a realização da oficina de planejamento, a Fundação Renova deverá disponibilizar para CTBio relatório com síntese do evento em versão eletrônica, possibilitando aos participantes da oficina a edição controlada das informações. O relatório ficará disponível virtualmente para contribuições por 7 dias. Após todas as contribuições a Fundação Renova terá o prazo de 40 dias para consolidar o relatório síntese, acrescido de cópia de lista de presença dos participantes e a matriz de planejamento, devendo este prazo ser contado a partir do último dia da oficina.

Após a disponibilização do relatório síntese pela Fundação Renova, sugere-se que a avaliação final da matriz de planejamento pelos membros da CTBio seja feita em um prazo de 15 dias.

Após aprovação do relatório-síntese da oficina de planejamento, serão iniciadas as ações de planejamento da oficina de metas e indicadores (Anexo II). Para isso será realizada uma reunião preparatória, e demais estratégias de abordagem que serão utilizadas na oficina. Esta oficina terá três dias de duração. Caberá ao Grupo Assessor, com o apoio de colaboradores indicados, consolidar informações na Matriz de Metas do plano de ação com metas de alcance dos objetivos específicos. O relatório resultante desta oficina e a matriz de metas serão submetidos à CTBio, que terá um prazo sugerido de 30 dias para avaliação.

4.4 Aprovação do Plano de Ação

A Fundação Renova deverá apresentar relatório consolidado com estratégias e matrizes de planejamento e de metas aos órgãos componentes da CTBio em até 30 dias após a realização da Oficina de Metas.

Conforme orientação na Nota Técnica nº 6/2017/CTBio/DIBIO/ICMBio, caberá ao CIF aprovar o plano de ação por meio de deliberação.

4.5 Publicação do PAN

O plano de ação deverá ser publicado e disponibilizado em forma de sumário executivo e livro. O sumário executivo deverá ser publicado em até 90 dias após a aprovação do plano de ação pelo CIF, contendo no mínimo o nome do plano, propósito, estado de conservação, mapa de abrangência, principais ameaças, unidades de conservação envolvidas, o objetivo geral, as principais metas e o extrato da matriz de planejamento com objetivos específicos, números de ações por objetivo específico, custos estimados e instituições parceiras. O Sumário Executivo será disponibilizado nos sites do ICMBio, IBAMA e Fundação Renova.

O livro do plano de ação deverá ser publicado em até 360 dias após a aprovação do plano de ação, contendo no mínimo: contextualização sobre as espécies ou ambientes alvos, estado de conservação, mapa de abrangência, principais ameaças, unidades de conservação de ocorrência, objetivo geral, objetivos específicos, matriz de planejamento, matriz de metas, participantes, instituições envolvidas no processo, deliberação CIF de aprovação e nomes do Grupo Assessor. A tiragem do livro será de 1000 exemplares.

A versão eletrônica do livro do plano de ação deverá ser disponibilizada nos portais do ICMBio, IBAMA e da Fundação Renova em até 360 dias após a oficina.

4.6 Premissas

- Durante as reuniões e oficinas será disponibilizada pela Fundação Renova equipe de facilitação (facilitadores e relatores) que deverá ser composta por profissionais qualificados com experiência em planejamento estratégico participativo, nos termos da IN ICMBio nº 25/2012;
- O plano de ação terá duração de cinco anos com monitorias anuais, avaliações do alcance das metas a cada 2,5 anos e ao final, se for o caso, replanejado por menor ou igual período, não ultrapassando 10 anos, conforme IN ICMBio nº 25/2012;
- Os produtos resultantes das Oficinas Anuais de Monitoria, quais sejam, relatórios, Matriz de Monitoria, painel de gestão e Matriz de Planejamento atualizada serão submetidos à CTBio;
- Os produtos finalizados, previstos na Matriz de Planejamento Estratégico, deverão ser entregues nas oficinas de monitoria anual.
- Na Oficina de Planejamento Participativo serão definidos os melhores métodos de mapeamento de espécies, ameaças e ações de conservação, bem como a priorização de áreas para recuperação e conservação.

5. CRONOGRAMA

1	Elaboração do propósito do Plano de Ação		
2	Elaboração do propósito do Plano de Ação	22/01/2018	Fundação Renova
3	Envio da minuta do propósito do Plano de Ação para o CTBio	23/01/2018	Consultoria
4	Aprovação da minuta do propósito pela CTBio	16/04/2018	CTBio
5	Levantamento e Organização das Informações		
6	Levantamento das Informações	04/05/2018	Consultoria
7	Protocolo das Informações no CTBio	18/05/2018	Fundação Renova
8	Ações Preparatórias para Oficinas de Planejamento		
9	Envio de convite para Reunião Preparatória	06/04/2018	Fundação Renova
10	Reunião Preparatória	19/04/2018	Consultoria, Renova e CTBio
11	Reunião de definição de objetivos	18/06/2018	Consultoria, Renova e CTBio
12	Elaboração e Envio de convites das Oficinas de Planejamento	06/07/2018	Fundação Renova
13	Oficinas de Planejamento		
14	Realização de Oficina de Planejamento	06 a 09/08/18	Consultoria, Renova e CTBio
15	Disponibilização virtual da Matriz de Planejamento	15 a 22/08/2018	Consultoria, Renova e CTBio
16	Protocolo do Relatório da Matriz de Planejamento	17/09/2018	Fundação Renova
17	Aprovação da CTBio - Matriz de Planejamento	04/10/2018	CTBio
18	Oficina de Metas e Indicadores		
20	Envio de convites da Oficina de Metas e Indicadores	17/09/2018	Fundação Renova
21	Realização da Oficina de Metas e Indicadores	2a 4/10/2018	Grupo consultor
22	Aprovação do Relatório Consolidado do Plano de Ação		
23	Elaboração do Relatório Consolidado do Plano de Ação	19 a 11/10/2018	Fundação Renova
24	Protocolo do Relatório Consolidado do Plano de Ação	12/11/2018	Fundação Renova
25	Aprovação do Relatório Consolidado do Plano de Ação pelo CTBio/CIF	18/12/2018	CTBio/CIF
26	Publicação do Plano de Ação		
27	Publicação do Sumário Executivo	19/03/2019	Fundação Renova
28	Publicação do livro do Plano de Ação	13/12/2019	Fundação Renova

6. ESTIMATIVA DE CUSTOS

Atividade	Descrição dos Custos	Custo Total para cada Etapa
Elaboração do propósito do PAN	Equipe - Coordenadora Geral, Coordenação Técnica, Coordenação Interna, Facilitadora/Moderadora, Coordenador Temático - Pequenos Mamíferos, Coordenador Temático - Médios e Grandes Mamíferos, Coordenador Temático - Mamíferos Voadores, Coordenador Temático - Avifauna, Coordenador Temático - Herpetofauna, Coordenador Temático - Invertebrados, Coordenador Temático - Entomofauna, Coordenador Temático - Flora, Profissional Sênior (Demais Profissionais), e Comunicólogo	R\$ 22.702,61
	Material de Consumo + Despesas Administrativas	R\$ 21.182,41
Total		R\$ 43.885,02
Aprovação do propósito do PAN	Equipe - Coordenadora Geral, Coordenação Técnica, Coordenação Interna, Facilitadora/Moderadora, Coordenador Temático - Pequenos Mamíferos, Coordenador Temático - Médios e Grandes Mamíferos, Coordenador Temático - Mamíferos Voadores, Coordenador Temático - Avifauna, Coordenador Temático - Herpetofauna, Coordenador Temático - Invertebrados, Coordenador Temático - Entomofauna, Coordenador Temático - Flora, Profissional Sênior (Demais Profissionais), e Comunicólogo	R\$ 11.957,81
	Material de Consumo + Despesas Administrativas	R\$ 11.734,93
Total		R\$ 23.692,74
Levantamento e organização das informações para elaboração do plano / Relatório de Atividades	Equipe - Coordenadora Geral, Coordenação Técnica, Coordenação Interna, Facilitadora/Moderadora, Coordenador Temático - Pequenos Mamíferos, Coordenador Temático - Médios e Grandes Mamíferos, Coordenador Temático - Mamíferos Voadores, Coordenador Temático - Avifauna, Coordenador Temático - Herpetofauna, Coordenador Temático - Invertebrados, Coordenador Temático - Entomofauna, Coordenador Temático - Flora, Profissional Sênior (Demais Profissionais), e Comunicólogo	R\$ 51.166,99
	Material de Consumo + Despesas Administrativas	R\$ 52.347,60
Total		R\$ 103.514,58

Atividade	Descrição dos Custos	Custo Total para cada Etapa
Definição dos objetivos e das ações do plano por meio da elaboração da matriz de planejamento - oficina de planejamento participativo - uma em MG e uma no ES	Equipe - Coordenadora Geral, Coordenação Técnica, Coordenação Interna, Facilitadora/Moderadora, Coordenador Temático - Pequenos Mamíferos, Coordenador Temático - Médios e Grandes Mamíferos, Coordenador Temático - Mamíferos Voadores, Coordenador Temático - Avifauna, Coordenador Temático - Herpetofauna, Coordenador Temático - Invertebrados, Coordenador Temático - Entomofauna, Coordenador Temático - Flora, Profissional Sênior (Demais Profissionais), e Comunicólogo	R\$ 139.477,12
	Material de Consumo + Despesas Administrativas	R\$ 140.789,76
Total		R\$ 280.266,88
Entrega do PLANO DE AÇÃO- para a Fundação Renova	Equipe - Coordenadora Geral, Coordenação Técnica, Coordenação Interna, Facilitadora/Moderadora, Coordenador Temático - Pequenos Mamíferos, Coordenador Temático - Médios e Grandes Mamíferos, Coordenador Temático - Mamíferos Voadores, Coordenador Temático - Avifauna, Coordenador Temático - Herpetofauna, Coordenador Temático - Invertebrados, Coordenador Temático - Entomofauna, Coordenador Temático - Flora, Profissional Sênior (Demais Profissionais), e Comunicólogo	R\$ 26.418,79
	Material de Consumo + Despesas Administrativas	R\$ 31.369,66
Total		R\$ 57.788,45
Aprovação do PLANO DE AÇÃO- por parte do ICMBio	Equipe - Coordenadora Geral, Coordenação Técnica, Coordenação Interna, Facilitadora/Moderadora, Coordenador Temático - Pequenos Mamíferos, Coordenador Temático - Médios e Grandes Mamíferos, Coordenador Temático - Mamíferos Voadores, Coordenador Temático - Avifauna, Coordenador Temático - Herpetofauna, Coordenador Temático - Invertebrados, Coordenador Temático - Entomofauna, Coordenador Temático - Flora, Profissional Sênior (Demais Profissionais), e Comunicólogo	R\$ 11.663,26
	Material de Consumo + Despesas Administrativas	R\$ 11.445,86
Total		R\$ 23.109,12

Atividade	Descrição dos Custos	Custo Total para cada Etapa
Elaboração dos materiais para possibilitar a publicação do PAN, em formato de sumário executivo e livro	Equipe - Coordenadora Geral, Coordenação Técnica, Coordenação Interna, Facilitadora/Moderadora, Coordenador Temático - Pequenos Mamíferos, Coordenador Temático - Médios e Grandes Mamíferos, Coordenador Temático - Mamíferos Voadores, Coordenador Temático - Avifauna, Coordenador Temático - Herpetofauna, Coordenador Temático - Invertebrados, Coordenador Temático - Entomofauna, Coordenador Temático - Flora, Profissional Sênior (Demais Profissionais), e Comunicólogo	R\$ 16.113,39
	Material de Consumo + Despesas Administrativas	R\$ 15.813,05
Total		R\$ 31.926,44
Publicação dos PLANO DE AÇÃO no formato de sumário executivo e livro	Material de Consumo + Despesas Administrativas	R\$ 77.402,58
Total		R\$ 77.402,58
Despesas Reembolsáveis		R\$ 131.130,00
Total Geral		R\$ 772.715,81

7. REFERENCIA

INSTITUTO CHICO MENDES, ICMBio. Instrução Normativa Nº 25 de 2012. Disciplina os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão de planos de ação nacionais para conservação de espécies ameaçadas de extinção ou do patrimônio espeleológico.
http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/fauna-brasileira/normativas/IN_PLANO_DE_ACAO_25-2012.pdf

8. ANEXO I - MATRIZ DE PLANEJAMENTO

NOME DO PLANO DE AÇÃO:								
OBJETIVO GERAL DO PLANO DE AÇÃO:								
OBJETIVO ESPECÍFICO:								
Nº	Ação	Produto	Período		Articulador	Colaboradores	Custo estimado	OBS
			Início	Fim				

Definições dos termos da Matriz de Planejamento:

- **Objetivo Geral do Plano de Ação:** Deve expressar mudança positiva na conservação das espécies ou ambientes, de forma específica aos alvos de conservação e representar uma perspectiva compartilhada dos colaboradores do plano de ação. Deve refletir um estado ou condição necessária e, sobretudo, possível de se alcançar em cinco anos. Contribui para alcançar a visão de futuro construída de modo a responder as necessidades de conservação das espécies ou ambiente.
- **Objetivo Específico:** Representa o resultado intermediário para a superação das ameaças aos focos de conservação, devendo ser mensurável e exequível, contribuindo decisivamente para alcançar o objetivo geral do plano.
- **Ação:** É o que dever ser feito para alcançar os objetivos específicos, buscando reverter as ameaças associadas a estes. A ação deve ser específica, mensurável, relevante, exequível em período definido e estar situada dentro da esfera de atribuições e competência dos participantes da oficina de planejamento. Sempre que possível, deverá ser indicado onde a ação será realizada.
- **Produto:** Aquilo que é obtido pela realização da ação. Deve ser mensurável, tangível e comprovar a execução da ação.
- **Período:** Data de início e término da implementação da ação. Deve ser indicado mês e ano.
- **Articulador:** Instituição e pessoa responsável por articular a implementação da ação e apresentar o produto. O articulador não é o único responsável pela execução da ação. Esta responsabilidade é compartilhada com os colaboradores. O articulador deverá, preferencialmente, estar presente na oficina de planejamento. Em caso de não estar presente, deve-se comprovar sua confirmação por meio de carta convite e aceite. Poderá haver a substituição do articulador em concordância com o Grupo Assessor.
- **Colaboradores:** Pessoas/instituições co-responsáveis pela execução da ação, que auxiliam nas diferentes etapas de sua implementação. Preferencialmente, os colaboradores deverão estar presentes na oficina de planejamento. Poderá haver a alteração dos colaboradores pelo Coordenador do Grupo Assessor, em concordância com os demais membros do Grupo. Os colaboradores citados, que não estiverem presentes na oficina e não forem consultados, deverão apresentar um asterisco antes do nome e deverá constar a seguinte legenda no rodapé da página: “*Colaborador potencial”.

- **Custo estimado:** Estimativa dos recursos financeiros necessários para a implementação da ação. A indicação dos custos no plano de ação é importante para dimensionar volume de recursos a serem captados para sua implementação.

9. ANEXO II – MATRIZ DE METAS

NOME DO PLANO DE AÇÃO:
OBJETIVO GERAL DO PLANO DE AÇÃO:

PLANEJADO							MONITORIA			REPROGRAMAÇÃO
Objetivo Específico	Indicador	Meta	Meio de verificação	Frequência de monitoria	Responsável	Data	Medição	Responsável pela informação	Ajustes na meta	Ajustes na meta

Definições dos termos da Matriz de Metas:

- **Objetivo Específico:** Deverão ser listados os objetivos específicos constantes na matriz de planejamento.
- **Indicador:** Instrumento que possibilita aferir o alcance dos objetivos do Plano de Ação. O indicador deve ser objetivo, específico e viável de mensuração em termos de recursos e tempo.
- **Linha de base:** Mensuração do indicador no início do trabalho. Deve ser indicada a data de mensuração da linha de base.
- **Meta:** Corresponde ao ponto onde se quer chegar, em determinado tempo, em relação ao alcance de um objetivo. A meta representa um objetivo quantificado a partir de indicadores que mostram o quanto se alcançou a partir da realização de ações. As metas do PLANO DE AÇÃO devem indicar o alcance dos objetivos específicos. Esquemáticamente uma meta é composta por: quantificação em número ou percentual, o indicador e o prazo de alcance.
- **Meio de verificação:** Instrumento de medida do indicador (exemplos: questionário, observação direta em campo, mapeamentos, diagnósticos, dentre outros).
- **Frequência de monitoria:** Inserir as datas (mês e ano) de monitoria do indicador. Os indicadores do PLANO DE AÇÃO devem ser monitorados pelo menos duas vezes durante a sua execução, correspondendo à metade do período de realização do plano e ao seu final.
- **Responsável:** Nome, cargo e instituição de quem será responsável por monitorar o indicador.
- **Data:** data (mês/ano) em que foi realizada a medição da meta.
- **Medição:** meta alcançada até o momento.
- **Responsável pela informação:** informar o nome da pessoa e a instituição que apresentou a informação sobre a execução da meta para preenchimento da matriz.
- **Ajustes na meta:** corresponde aos ajustes a serem feitos no campo “PLANEJADO” da matriz de metas, considerando a avaliação do Grupo Assessor, em razão de problemas na execução da meta e para melhor executá-la. Poderão ser reprogramados: indicador, linha de base, meta, meio de verificação, frequência de monitoria e responsável.
- **Recomendações Gerais:** Registrar sugestões e recomendações do Grupo Assessor que são relevantes à execução do plano de ação. Deve ser feita uma análise geral do plano de ação, indicando os pontos positivos e negativos, e sugerindo medidas a serem adotadas para superar as dificuldades de execução.

10. ANEXO III - MATRIZ DE MONITORIA

NOME DO PLANO DE AÇÃO:														
OBJETIVO GERAL DO PLANO DE AÇÃO:														
OBJETIVO ESPECÍFICO														
PLANEJADO					MONITORIA								REPROGRAMAÇÃO	
Ação	Produto	Articulador	Período		Situação da ação na data do monitoramento					Descrição do andamento da ação	Produto obtido	Problemas enfrentados que justifiquem a não execução ou execução parcial da ação	Responsável pela informação sobre o andamento da ação	Ajustes nos campos planejamento da ação
			Início	Fim	Aguarda Prazo de Início	Início ou andamento atrasado	Andamento com problema	Andamento no Prazo	Concluída					

Definições dos termos da Matriz de Monitoria:

- **Situação da ação na data da monitoria:** Indica o estágio de implementação na data em que está sendo realizada a monitoria do PAN. As ações poderão ser classificadas em cinco categorias:
- **Aguarda prazo de início (cor cinza):** Ação cujo início de execução planejado é posterior ao período monitorado.
- **Início ou andamento atrasado (cor vermelha):** Ação não concluída no prazo previsto ou não iniciada na data planejada. Este tipo de ação requer uma avaliação se deverá ser mantida ou alterada.
- **Andamento com problema (cor amarela):** Ação cujo prazo de conclusão ainda não expirou, mas que, de acordo com o andamento de sua execução, não será possível concluir no prazo estipulado. Este tipo de ação requer uma reprogramação de período ou maior engajamento do articulador e colaboradores.
- **Andamento no prazo (cor verde):** Ação cujo prazo de conclusão ainda não expirou e, considerando o grau de execução, será finalizada dentro do prazo estipulado. Este tipo de ação não necessita de reprogramação.
- **Concluída (cor azul):** Ação finalizada. Este tipo de ação não necessita de reprogramação.
- **Descrição do andamento da ação:** Registrar as atividades realizadas ao longo da implementação da ação que contribuem diretamente para a elaboração do produto.
- **Produto obtido:** Registrar o(s) produto(s) obtido(s) com o término da execução da ação.
- **Problemas enfrentados que justificam a não execução ou execução parcial da ação:** Registrar os problemas enfrentados que justificam a não execução ou execução parcial da ação, visando identificar e aperfeiçoar a estratégia de execução para suplantarmos os problemas.

- **Responsável pela informação sobre o andamento da ação:** Informar nome da pessoa e instituição que apresentou a informação sobre a execução da ação para preenchimento da matriz.
- **Ajustes nos campos de planejamento da ação:** Corresponde aos ajustes a serem feitos na matriz de planejamento, considerando a avaliação do Grupo Assessor, em razão de problemas na execução da ação e para melhor executá-la. Poderão ser reprogramados: texto da ação, produto, período, articulador, colaboradores e custo estimado.
- **Recomendações Gerais:** Registrar sugestões e recomendações do Grupo Assessor que são relevantes à execução do plano de ação. Deve ser feita uma análise geral do plano de ação, indicando os pontos positivos e negativos, e sugerindo medidas a serem adotadas para superar as dificuldades de execução.